

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES  
PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lídia Cristina dos Santos

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EMEI URCA CONFISCO:  
Um olhar para crianças público alvo da Educação Especial**

Belo Horizonte  
2019

Lídia Cristina dos Santos

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EMEI URCA CONFISCO:  
Um olhar para crianças público alvo da Educação Especial**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Múltiplas Linguagens Educação Infantil

Orientadora: Dra. Tânia Aretuza Ambrizi  
Gebara

Belo Horizonte

2019

S237e  
TCC Santos, Lídia Cristina dos, 1967-  
Educação inclusiva na EMEI Urca Confisco [manuscrito] : um olhar  
para crianças público alvo da educação especial / Lídia Cristina dos  
Santos. - Belo Horizonte, 2019.  
58 f. : enc, il.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Educação.  
Orientadora: Tânia Aretuza Ambrizi Gebara.  
Bibliografia: f. 56-57.  
Anexos: f. 58.

1. Educação. 2. Educação especial. 3. Educação inclusiva --  
Políticas públicas. 4. Crianças deficientes -- Educação -- Políticas  
públicas. 5. Educação de crianças. 6. Prática de ensino. 7. Professores  
de educação especial. 8. Direito à educação.  
I. Título. II. Gebara, Tânia Aretuza Ambrizi, 1971-. III. Universidade  
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

**Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**  
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Curso de Especialização em Formação de Educadores para  
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO OCTINGENTÉSIMO QUINQUAGÉSIMO NONO TRABALHO FINAL DO CURSO  
DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO MÚLTIPLAS LINGUAGENS EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “Educação Inclusiva na EMEI Urca Confisco: um olhar para crianças público alvo da Educação Especial”, do(a) aluno(a) Lídia Cristina dos Santos. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Tânia Aretuza Gebara (orientador) e Maria Elisa Grossi. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) LÍDIA CRISTINA DOS SANTOS  
Lídia Cristina dos Santos

Registro na UFMG: 2018750105

Tânia Aretuza Gebara  
Professor(a) Orientador(a)

M. E. Grossi  
Maria Elisa Grossi  
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Ana Maria de Castro Rocha  
Ana Maria de Castro Rocha  
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização  
Em Formação de Educadores para Educação Básica



Scanned with  
CamScanner

## **AGRADECIMENTOS**

*Nos sonhos busco inspiração, nos desafios encontro coragem, na caminhada mãos  
que me amparam, na fé força para caminhar.*

*Meu caminho se faz caminhando e a cada passo agradeço.*

*Em especial:*

*A Deus,*

*Que me ilumina, guia e ampara em todos os momentos.*

*Aos meus pais e amada filha*

*Minhas raízes e meu fruto, motivos da minha existência.*

*A minha irmã/mãe Lela,*

*pelo apoio e presença nos momentos mais difíceis.*

*A Equipe da EMEI Urca Confisco,*

*pelo apoio constante na busca por um ideal.*

*A professora e orientadora Tânia Aretuza,*

*pelo incentivo, sugestões e partilha do conhecimento que tanto enriqueceram  
este trabalho. E principalmente pelo estímulo constante.*

*Aos professores do curso,*

*pelos conhecimentos compartilhados*

*Aos colegas do curso,*

*Pelos bons momentos.*

## RESUMO

Este trabalho tem como finalidade uma reflexão sobre a Educação Inclusiva na Educação Infantil, em um momento onde políticas públicas subsidiam ações no sentido de garantir o direito de todos a uma aprendizagem de qualidade desde a primeira infância. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em observações do cotidiano escolar visando compreender quais ações foram implementadas pela equipe técnica, junto às crianças público alvo da educação especial, para colaborar com a construção de uma educação inclusiva. Abordou-se no estudo, reflexões sobre a perspectiva dos professores no que tange à educação inclusiva, quais os desafios enfrentados para trabalhar com diferentes perfis de crianças na educação infantil bem como compreender a estrutura física da instituição como facilitadora para inclusão das crianças com deficiências. Neste sentido, acompanhar o cotidiano com um olhar aguçado para crianças público alvo da educação especial, possibilitou a percepção das práticas pedagógicas vivenciadas em consonância com a concepção inclusiva aspectos fundamentais para o professor, nas interações e na empatia como facilitadores do processo de inclusão. Foram utilizados como principais referenciais teóricos: MANTOAN (2006,2002), PLETSCHE (2009), ROSS (2004) CARNEIRO (2012) além da legislação pertinente ao tema, tais como: Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Resolução 02/2001, a Lei Brasileira de Inclusão Lei 13.146/15 e as Proposições Curriculares para Educação Infantil do município de Belo Horizonte.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva, Educação Infantil, Prática pedagógica.

-

## LISTA DE FIGURA

Imagem 1. Assembleia Escolar .....	44
Imagem 2 - Participação nos Projetos.....	45
Imagem 3 - Atividades De Vida Diária.....	45
Imagem 4 - Interação .....	46
Imagem 5 - Roda de Histórias.....	46
Imagem 6 - Incentivo.....	47
Imagem 7 - Apoio .....	47
Imagem 8 - Objetivo Alcançado .....	48
Imagem 9 - Participação.....	48
Imagem 10 - Cooperação.....	48
Imagem 11 – Socialização .....	49
Imagem 12 - Diversão .....	49
Imagem 13 – Envolvimento .....	50
Imagem 14 - Auto Estima .....	50
Imagem 15 – Planejamento.....	51
Imagem 16 – Envolvimento .....	51
Imagem 17 – Atenção .....	52
Imagem 18 - Afetividade.....	52
Imagem 19 – Empatia .....	53
Imagem 20 - Comprometimento.....	53
Imagem 21 Escola Inclusiva.....	54

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Caracterização da Equipe.....	34
Gráfico 2 - Formação Profissional .....	34
Gráfico 3 - Relação Entre Ação e Formação.....	35
Gráfico 4 - Conhecimento dos Principios e Orientações .....	36
Gráfico 5 - Aspectos positivos da inclusão .....	36
Gráfico 6 - Acolhimento na EMEI .....	38
Gráfico 7 - Aspectos das Interações .....	39
Gráfico 8 - Aprendizagem à partir das interações .....	40
Gráfico 9 - Ações colaborativas.....	41
Gráfico 10 - Gestão e Recursos .....	42



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CF/88 - Constituição Federal de 1998

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB - Câmara de Educação Básica

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

MEC- Ministério da Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PPP- Parceria Público Privada

RME- Rede Municipal de Educação

SMED- Secretaria Municipal de Educação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1	Um lugar de Fala: aproximações da autora com o tema estudado .....	9
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>16</b>
3.1	Objetivo Geral .....	16
3.2	Objetivos Específicos .....	16
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>17</b>
4.1	EMEI Urca Confisco: contextualizando o campo de estudo.....	17
4.2	Sujeitos envolvidos.....	20
<b>5</b>	<b>A EDUCAÇÃO INFANTIL EM UM CONTEXTO INCLUSIVO</b> .....	<b>23</b>
5.1	Um breve panorama da educação infantil no Brasil .....	23
5.2	A inclusão como direito .....	25
5.3	A promoção da educação inclusiva.....	32
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>33</b>
6.1	Cenas Vivenciadas.....	43
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	<b>56</b>
	<b>ANEXO</b> .....	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de levantar uma discussão em torno dos processos de Inclusão de crianças público alvo da Educação Especial matriculadas no ensino regular, mais especificamente na Educação Infantil visto que, o número de crianças com deficiências ingressando na Educação infantil de Belo Horizonte tem aumentado vertiginosamente. A investigação terá como campo a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Urca Confisco.

As práticas pedagógicas cotidianas na EMEI nos desafiam a promover a inclusão, naturalizar o ingresso, enfatizar as relações sociais estabelecidas, buscar superação frente aos desafios e também as possibilidades encontradas, promover a inclusão buscando garantia de uma educação de qualidade e respeito às singularidades de cada indivíduo.

Ampliar nossa visão sobre o tema dentro de uma Escola Municipal de Educação Infantil de Belo Horizonte, é objeto deste estudo a partir de observações na EMEI Urca Confisco, onde ingressam anualmente, várias crianças com deficiências de diversas faixas etária.

A questão levantada, *a priori*, vem das inquietações no sentido de como vem sendo organizado o trabalho na EMEI Urca Confisco. Tendo como objetivo entender como ocorre a inclusão das crianças com deficiências nesta instituição. Quais ações garantem a inclusão destas crianças? Como se dá o planejamento, a estrutura e o suporte ao professor para o efetivo trabalho de inserção desta criança no cotidiano desta escola? Refletir sobre as inquietações dos professores em desenvolver um trabalho com as múltiplas linguagens que contemplem o coletivo e assim possam garantir a efetiva inclusão escolar.

### 1.1 Um lugar de Fala: aproximações da autora com o tema estudado

A Educação inclusiva está presente em minha vida, o respeito ao tempo da infância e oportunizar a vivência plena por todas as crianças torna-se relevante ao conectar-me com a criança que fui à professora que sou. Um tempo de vivências que ainda hoje se faz presente na memória, lembranças vivas, minha história é

preponderante para o entendimento dos meus anseios como profissional da educação.

Os tempos eram outros: final da década de 60, família numerosa, seis irmãos e uma irmã, comigo éramos oito. Vivíamos em uma casa modesta em Belo Horizonte, rodeada de árvores frutíferas no quintal, flores e plantas cultivadas com zelo por papai. Mamãe era dona do jardim, mas os cuidados diários ficavam a cargo de meu pai.

As brincadeiras diárias aconteciam no mundo mágico do quintal, muitas vezes solitária, menina, não podia me aventurar na rua. Os meninos sim, circulavam, iam e vinham. Brincadeiras para meninas eram diferentes; brincava de casinha sob as árvores, quando maior nos galhos das goiabeiras. À noitinha, as crianças se reuniam em volta do meu pai, os filhos dele e os da vizinhança. Ele tocava violão, cantava e contava histórias.

Quando chegou o tempo de ir para escola, um mundo novo se abriu. Os livros me encantaram, tanto para aprender, tanta curiosidade e uma sede enorme de conhecimento. Aluna dedicada, muito inquieta, faladeira, não conseguia me conter. No ímpeto de aprender, muitas vezes interrompia, questionava. Algumas professoras se incomodavam com aquele jeito inquieto. Por aprender rapidamente o que era ensinado, logo dispersava, buscava outros afazeres para me ocupar. Gradualmente, comecei a me conter, queria passar despercebida.

Quando entrei na quinta série, uma nova possibilidade se abriu. Aquele novo espaço tão amplo me encantava: salas específicas para cada matéria, laboratórios, um colégio maior, uma biblioteca enorme se apresentou, mergulhei fundo nessa aventura. Podia pegar um livro a cada dois dias. Entre os horários das aulas, havia o deslocamento entre uma sala e outra, o que proporcionava uma sensação de liberdade até então desconhecida no espaço escolar. Aprendia com alguma facilidade, admirava os professores e aos treze anos de idade comecei a dar aulas particulares para crianças da vizinhança, ajudava os menores que eu, auxiliava no Para Casa, tirava dúvidas, orientava pesquisas que eram muito comuns à época e ainda conseguia algum dinheiro.

Quando fui para o segundo grau, apesar do interesse pela educação, optei por um curso técnico em contabilidade pois, o magistério, segundo os que me cercavam, não abriria tantas portas no mercado de trabalho. Continuava dando aulas particulares e pouco antes de concluir o técnico comecei a trabalhar como

repcionista. Em função de características próprias de minha personalidade, conseguia bons empregos e permanecia, evoluía nas empresas. Fiz diversos cursos na área administrativa e também um curso de magistério que era um desejo pessoal. Mesmo após este curso, continuei trabalhando em escritórios e, por ser bem remunerada, me acomodei.

Em 2004, em virtude da conjuntura econômica, estava desempregada e por fatores pessoais, busquei no concurso de Educador Infantil uma oportunidade para mudança de ramo de atuação. Em fevereiro de 2005, tomei posse no cargo tendo a oportunidade de vivenciar a implantação das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI) em Belo Horizonte. Os profissionais, com os quais convivi neste período, desempenhavam suas funções com empenho e lutavam para que, apesar das adversidades, a educação infantil se destacasse pela qualidade. Em pouco tempo, este trabalho foi reconhecido nacionalmente pelo padrão de qualidade alcançado.

Neste contexto, por haver cursado o magistério, há muito tempo, busquei oportunidades para melhorar meu desempenho profissional. Busquei uma extensão de jornada na Escola Municipal Maria Salles. A vivência dentro dessa realidade escolar ampliou significativamente minha visão sobre o contexto da educação infantil, a inclusão era uma realidade nesta escola. Busquei me apropriar de conhecimentos e técnicas repensando minha metodologia de trabalho. Havia nesta escola de educação infantil, grande interesse e empenho da equipe em organizar um trabalho pedagógico voltado para a inclusão. Participei de formações específicas com uma Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional que orientavam e davam suporte às ações pedagógicas despertando meu interesse pela educação inclusiva.

Após esse primeiro momento, busquei ampliar meu currículo participando de seminários, congressos e demais formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED). Busquei um curso universitário para formação apropriada para atuar na Educação Infantil, algo que se encaixasse nas minhas possibilidades financeiras e disponibilidade de tempo. Optei pela modalidade Semipresencial, no Curso Normal Superior.

Existiam poucas UMEIs, por isso, a maioria dos profissionais, tinham que deslocar longas distâncias para trabalhar. A UMEI Granja de Freitas situava-se no extremo leste da cidade, uma região com altos índices de pobreza e criminalidade, o

que acarretava um desgaste enorme nos professores como também em função da demora no deslocamento.

Em uma região em que as necessidades de atendimento pela população eram enormes, fomos recebidos com muito carinho e o trabalho era reconhecido pela comunidade. As crianças eram muito carentes, as turmas extremamente cheias. Nesta primeira turma, as crianças tinham dois anos, sendo duas crianças com deficiências, totalizando dezoito. Em cada turno, havia uma única professora, não havia auxiliar e tínhamos que ao mesmo tempo cuidar e educar em condições inapropriadas. Em muitos momentos, precisei levar ao banheiro todas as crianças ao mesmo tempo para troca ou banho. Não havia a garantia de tempo para planejamento, o que acarretou o adoecimento de muitos profissionais e a desistência por muitos que pediram a exoneração do cargo. Além é claro, dos baixos salários e da falta de isonomia de tratamento dada aos educadores infantis.

Após dois anos, fui eleita Coordenadora. O grupo de professores trabalhava com muito empenho e desenvolvemos projetos visando a elevação da estima das crianças, valorizando a cultura afro brasileira, a diversidade e o meio ambiente. Foi um período de grande aprendizagem, o envolvimento do grupo melhorou as relações interpessoais na escola.

A Rede Municipal passou a construir propostas curriculares para a Educação Infantil. Participei efetivamente das reuniões para elaboração das propostas a serem implementadas na educação infantil. Participei do movimento Sindical em que nós, educadores infantis, avançamos na consolidação da carreira e a garantia de alguns direitos.

Ao fim do meu estágio probatório, consegui minha transferência para a Escola Maria de Magalhães Pinto, próxima a minha residência, onde havia cinco turmas de educação infantil em um espaço contíguo à escola. Lamentei deixar a UMEI Granja de Freitas, mas o conforto de estar próximo à minha residência foi preponderante para tal decisão. Uma outra realidade se apresentou: um espaço anexo dentro da escola, quantidade menor de turmas, o trabalho com crianças com idades entre três e cinco anos. Participei junto com a comunidade escolar da reelaboração da Proposta Político Pedagógica.

Em pouco tempo, iniciou-se a construção da UMEI Itatiaia e com sua inauguração, em 2009, participei do processo de implantação. A UMEI Itatiaia era a única na região, por isso recebemos muitos casos de crianças com deficiência.

Apontou-se a necessidade de buscar conhecimento para o melhor atendimento a essas crianças, a escola buscou oferecer formações neste sentido. Minha turma era composta por crianças de 3 anos que acompanhei durante todo o segundo ciclo. Desenvolvemos um projeto de interação e cuidado com o meio e com o outro, ampliação da autonomia e formação global das crianças.

No ano de 2010, tomei posse no meu segundo cargo, por força das circunstâncias e por ainda serem poucas as UMEIs, novamente fui direcionada para a regional Leste, na UMEI Taquaril. O fato do deslocamento ser difícil e demorado comprometia meu horário de almoço. Esse estresse repetido, causou o meu adoecimento. Trabalhei no berçário, desenvolvemos um trabalho voltado para o cuidar e educar e as formações eram direcionadas para este sentido.

Em 2012, consegui a transferência para a UMEI Braúnas. Trabalhei com uma turma de três anos, sendo o projeto elaborado direcionado à apropriação e reconhecimento do meio. Em janeiro deste mesmo ano, o atual prefeito, diante de exigência do Ministério Público apresentou o PL nº 2.068/2012, que transformava o cargo público efetivo de Educador Infantil no cargo público efetivo de Professor para a Educação Infantil

O prefeito anterior, gestão (2009-2016) instituiu na cidade a Parceria Pública Privada (PPP). Neste contexto rapidamente construiu-se a UMEI Urca confisco, para a qual fui transferida em março de 2014. Ao chegar à UMEI Urca Confisco, minha turma era composta por crianças de três anos. A participação das famílias, o envolvimento com as crianças e a satisfação com os resultados obtidos nos projetos me motivaram a acompanhá-las durante todo o ciclo. Obtive excelentes resultados e consegui desenvolver um trabalho de qualidade. As formações oferecidas no âmbito escolar priorizavam a elaboração do Projeto Político Pedagógico bem como, as linguagens a serem trabalhadas mesmo assim ainda havia aspectos que eram incipientes. Desde então, tenho buscado outros espaços para ampliar os conhecimentos nesta área de atuação.

A professora que sou em consonância com a criança que fui, ressalta meu interesse contínuo em aprender e ensinar, a valorização da leitura e da escrita, o prazer proporcionado pelas músicas. Está presente na necessidade de incentivo à exploração das possibilidades corporais nas brincadeiras, o desejo de entender e valorizar a infância possibilitando interações, respeitando a diversidade e oferecendo às crianças a possibilidade de desenvolver suas potencialidades sem criar amarras.

Minhas vivências me instigam a compreender as peculiaridades, estimular o pleno desenvolvimento através da escuta ativa, da percepção das características individuais e no incentivo à superação das dificuldades que se apresentam no dia a dia.



## 2 JUSTIFICATIVA

A Educação inclusiva tem sido objeto de inquietações na prática cotidiana dos profissionais inseridos na primeira etapa da Educação Básica da Rede Municipal de Belo Horizonte. São diversos os questionamentos que se apresentam ao professor sobre como diferenciar o ensino para atender a diversidade sem discriminar, quais metodologias de ensino adéquam-se à perspectiva de uma inclusão escolar com qualidade. A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil é um processo que vem enfrentando inúmeros obstáculos. No espaço educativo, a educação inclusiva tem sofrido transformações, em especial na Educação Infantil, a partir do seu reconhecimento na legislação como primeira etapa da Educação básica através da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. Assim, a inclusão nesta etapa, não poderia contemplar somente o Cuidado e a Socialização.

Percebe-se a existência de muitos estudos e publicações voltados para a área da educação inclusiva como um todo, de forma generalizada, porém, há uma lacuna quanto às orientações práticas para os professores da educação infantil e para sanar as dúvidas a fim de efetivar a inclusão das crianças pequenas com deficiências.

A reflexão sobre esta temática é constante. A investigação de alternativas pedagógicas visando promover práticas educacionais a partir das especificidades de cada aluno envolve a busca de informações, planejamento e intervenções pedagógicas. Como a escola se planeja a fim de atender às suas demandas, quais as adequações se fazem necessárias para que a inclusão ocorra de forma plena, são algumas indagações que permeiam o tema.

Todos os aspectos elencados nesta seção consolidam os motivos que revelam a relevância de estudar este tema: a pouca produtividade em torno das experiências relatadas pela SMED/BH; o fato do campo da Educação para Todos, entendendo aqui o conceito de educação escolar inclusiva um desafio para todos os sujeitos da educação regular; e ainda este estudo é uma maneira de refletirmos sobre a nossa própria prática, sendo possível abrir diálogos e, quem sabe, sugestões de ações a serem desenvolvidas no cotidiano escolar.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Compreender quais ações foram implementadas pela equipe técnica da EMEI Urca Confisco junto às crianças para colaborar com a construção de uma educação inclusiva.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- Refletir sobre o que é uma Educação Inclusiva na perspectiva dos professores;
- Identificar quais os maiores desafios enfrentados pela Equipe Técnica para trabalhar com a educação inclusiva na educação infantil;
- Compreender se a estrutura física atende às necessidades pedagógicas para incluir crianças com deficiências.

## 4 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja análise baseia-se fundamentalmente em observações e aplicação de questionários com a equipe, sem a pretensão de produzir intervenção direta, contudo, pretende-se que o presente estudo possa ser útil para potencializar reflexões coletivas sobre o tema.

A pesquisa qualitativa tem sua relevância no estudo das relações sociais. Posto isto, a partir de um processo de revisão de literatura, optou-se por adotar, por princípio a pesquisa qualitativa por suas características que segundo LUDKE, Menga (1988, p.11,12) “A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo observada”. Outra característica relevante segundo os autores “os dados são predominantemente descritivos” e ainda o interesse do pesquisador ao estudar um problema ser a verificação de como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Este estudo acontece a partir de levantamento prévio do histórico das crianças com deficiências matriculadas no turno da tarde na EMEI Urca Confisco, revisão da literatura, conversas informais, elaboração e aplicação de questionário a ser respondido pela Equipe Técnica composta por: professores, auxiliares de apoio ao educando, coordenação pedagógica e direção escolar. Observação nas salas de aula e nos espaços comuns da escola. Registro de imagens das interações estabelecidas e a apropriação dos espaços escolares.

Análise do questionário confrontando a teoria com a prática vivenciada, que ainda segundo Ludke, Menga (1988, p.13) “A análise de dados tende a seguir um processo indutivo”.

### 4.1 EMEI Urca Confisco: contextualizando o campo de estudo

A EMEI Urca confisco, onde este estudo foi empreendido, está localizada na Av. Expedicionário Paulo de Souza, 691 no Bairro Itatiaia. Foi construída através de Parceria Público Privada (PPP). Inaugurada em março de 2014, inicialmente denominada UMEI, vinculada à Escola Municipal Professora Alice Nacif, como escola

núcleo, uma especificidade da política pública do município de Belo Horizonte. Em 2018, houve a desvinculação, através da emancipação. Assim, a instituição passou a ser denominada Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Urca Confisco contando com 361 crianças matriculadas destes 197 meninos e 164 meninas, moradores dos bairros Urca, Confisco, Serrano, Itatiaia, Santa Terezinha e São Mateus. Percebe-se que pertencem, na maioria, a uma classe social menos favorecida.

Para conhecer o público atendido, pela EMEI, fez-se um levantamento prévio, através de questionário<sup>1</sup>, aplicado às famílias participantes do presente estudo (em torno de 45 respondentes).

Dentre os diversos aspectos analisados, observou-se que dos respondentes que declaram renda, a maioria informa renda entre 1 a 2 salários mínimos. Uma grande parte dos entrevistados não declarou renda. A ocupação da maioria, segundo suas declarações, é informal (prestação de serviços) e os que trabalham na economia formal trabalham no comércio ou atividades afins.

As mulheres declararam cuidar sozinhas dos filhos ou com os avós das crianças. Percebemos ainda que, grande parte das crianças vive em famílias nucleares. Quanto à religiosidade, a maioria declarou-se cristã, evangélicos em maior proporção, católicos e muitos não declararam religião.

Há famílias monoparentais nas quais apenas o pai ou mãe estão presentes. Alguns reconstituíram as famílias por meio de novos casamentos e possuem filhos advindos dessas relações, família mosaico. Também famílias extensas, nas quais convivem na mesma casa várias gerações e ou pessoas ligadas por parentescos diversos.

Foi possível encontrar ainda famílias diferentes coabitando em uma mesma casa. Os provedores, geralmente trabalham na informalidade e recebem algum auxílio do governo. As famílias participam das atividades nos projetos instituídos, nas reuniões e frequentemente buscam esclarecimentos quanto aos acontecimentos, tem boa participação nos eventos promovidos pela instituição.

Quanto à locomoção, as crianças são trazidas pelos pais ou familiar caminhando, um percentual em torno de 20 a 30 por cento vem de transporte escolar ou com particulares que fazem este serviço.

---

<sup>1</sup> Anexo: Carta aos pais

No entorno da escola existem muitas igrejas evangélicas e uma católica. Os bairros atendidos pela EMEI contam com infraestrutura básica como ruas asfaltadas, água, luz, telefone e internet. Uma rede comercial ampla, com supermercados, farmácias e demais serviços.

A comunidade é atendida no Centro de Saúde Confisco ou Santa Terezinha. Há o Centro Cultural Pampulha que oferece biblioteca, aulas particulares para jovens e adultos, agendamento psicológico, aulas de dança e outros eventos culturais. Como lazer as opções são pracinhas e o Zoológico. Também brincam nos quintais de casa, na rua ou na casa de amigos e parentes.

O espaço físico da escola é amplo e adaptado garantindo o acesso e mobilidade. A escola é acessível, a entrada é plana possibilitando a circulação de cadeiras de rodas. A escola conta com um elevador que garante o acesso ao segundo piso. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em seu Art. 3º considera para fins de aplicação desta lei que a acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Assim, para que a inclusão ocorra, há necessidade que as instituições proporcionem condições básicas para o acesso e permanência dos alunos com deficiências. Como apontado no Decreto 5296/2004 em seu artigo 24, a adequação dos espaços escolares é preponderante para que os alunos com deficiência possam interagir com os demais facilitando a convivência e para que sejam efetivamente incluídos.

O espaço físico demonstra uma concepção de educação inclusiva que pensa a expansão do direito a todos os usuários da instituição escolar, sejam eles estudantes, famílias, equipe técnica ou a comunidade de maneira mais ampla. A implementação de uma instituição inclusiva parte da garantia de acessibilidade garantindo que o educando com deficiência esteja inserido em condições de igualdade com os demais.

## 4.2 Sujeitos envolvidos

A pesquisa envolveu a observação no espaço escolar bem como aplicação de um questionário junto à equipe técnica da escola. Atualmente, trabalham nesta unidade 51 professores, sendo 49 com formação superior, incluindo alguns com especialização. Também conta com 13 Auxiliares de Apoio ao Educando (AAE) e cantineiros contratados pela MGS e agentes de limpeza (INOVA).

A relação número de crianças por professoras se dá nesse molde, seguindo as orientações da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

Crianças de 0 a 1 ano – até 7 crianças por professor

Crianças de 1 a 2 anos – até 12 crianças por professor

Crianças de 2 a 3 anos– até 16 crianças por professor

Crianças de 3 a 4 anos – até 20 crianças por professor

Crianças de 4 a 5 anos – até 20 crianças por professor

Crianças de 5 a 6 anos– até 25 crianças por professoras.

**Quadro 1:** Distribuição de alunos nas turmas no ano de 2018

TURMAS	TURNO DA MANHÃ	TURNO DA TARDE	INTEGRAL
IDADE	NUMERO DE ALUNOS	NUMERO DE ALUNOS	NUMERO DE ALUNOS
0 a 1	—	—	14
1 a 2	11	—	11
2 a 3	46	33	16
3 a 4	19	37	
4 a 5	58	55	
5 a 6	18	43	
<b>TOTAIS</b>	152	168	41

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da secretaria.

Cabe destacar também os dados referentes ao público alvo da Educação Especial, conforme podemos ver abaixo:

**Quadro 2 - Crianças com deficiência nas turmas 2018**

TURMAS		TURNO DA MANHÃ	TURNO DA TARDE		INTEGRAL	
IDADE	Quant. Alunos	Diagnóstico	Quant. Alunos	Diagnóstico	Quant. Alunos	Diagnóstico
0 a 1						DEFICIÊNCIA AUDITIVA
1 a 2					01	ABDOMEM PERFURADO
2 a 3			01	DEFICIÊNCIA FÍSICA	02	DEF.FÍSICA
3 a 4	02	DEF. FÍSICA	02	TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVI- MENTO AUTISMO		
4 a 5	02	DEF. FÍSICA	02	DEF.FÍSICA		
			01	TGD AUTISMO		
5 a 6	02	DEF. FÍSICA	02	DEF. FÍSICA		
TOTAL	06	_____	08	_____	04	_____

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da secretaria

O número de crianças com deficiências na EMEI Urca Confisco vem crescendo anualmente em virtude da matrícula compulsória. Direito assegurado que lhes garante vaga. No processo de inclusão escolar, nos debates sobre a inclusão das crianças com deficiências no ensino regular há uma tensão frequente, pois, uma

lei não garante a efetivação e inserção concreta desses alunos. A adequação da escola torna-se necessária para garantir o acesso, como também a permanência se tornando de fato a educação inclusiva com garantia do respeito às especificidades e acolhimento da diversidade. A concepção de educação inclusiva vem se fortalecendo em virtude de que as instituições têm que se reorganizar buscando caminhos para atender todos os alunos.

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 2002, p 10).

Considerando a proposta de educação inclusiva, opção referendada pelo Brasil em suas políticas educacionais, faz-se necessário que este movimento se inicie na Educação Infantil por ser esta a primeira etapa da educação básica conforme apresentado na LDB. A presença do aluno com deficiência na escola comum tem se intensificado. Há que se romper com um modelo arraigado, concepções precisam ser modificadas para a construção de uma escola inclusiva.



## 5 A EDUCAÇÃO INFANTIL EM UM CONTEXTO INCLUSIVO

### 5.1 Um breve panorama da educação infantil no Brasil

Um breve panorama da Educação Infantil ao longo da história relata como foi implementada a educação infantil, que ocorreu em virtude de articulações e movimentos reivindicatórios.

Vários autores, nos anos 70, destacaram que o Brasil assimilou as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa, que sustentavam que as crianças mais pobres sofriam de privação cultural e eram colocadas para explicar o fracasso escolar delas. Esta ideia direcionou por muito tempo a Educação Infantil, enraizando uma visão assistencialista e compensatória.

Deixamos abaixo um quadro síntese, que pode nos auxiliar a compreender os marcos históricos do campo da Educação Infantil. O objetivo de observarmos esse material tem relação com o quanto esta área vem ganhando potência mundialmente. Posteriormente, refletiremos sobre a relação destes dados com o tema da Inclusão Escolar e o atendimento de crianças Público Alvo da Educação Especial.

Quadro 3 - Marcos Históricos Da Educação Infantil

PERÍODO	LOCAL	AÇÃO	DESCRIÇÃO
1737		RODA DOS EXPOSTOS	Crianças deixadas sem identificação.
1767	FRANÇA	ESCOLA DO TRICÔ	As crianças brincavam enquanto as “professoras” faziam tricô.
1816	ROBERT OWEN	ESCOLA INFANTIL	Idade mínima (10 anos) para começar a trabalhar dentre outras reformas sociais
1873	CAMPOS (SP)	JARDIM DE INFÂNCIA	Projeto piloto para outras instituições
INICIO SÉCULO XX		PRIMEIRO CONGRESSO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA	A educação de crianças pequenas passa do público para o privado
	ITÁLIA	CASA DEI BAMBINI MONTESSORI	Assume uma condição preparatória.

	INGLATERRA	INFANTÁRIO (MARGARET MACMILLAN)	Havia na época a preocupação com as condições insalubres das crianças.
ANOS 30	BRASIL	PARQUES INFANTIS (MARIO DE ANDRADE)	Oferecia atividades para crianças de 3 a 6 anos e de 7 a 12 anos (fora do horário escolar).
ANOS 40	BRASIL	DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA	Em empresas com mais de 30 mulheres trabalhando, deveria existir uma creche no local de trabalho (não se efetivou integralmente).
ANOS 50		CRIAÇÃO DE IMPORTANTES INSTITUIÇÕES DE ASSISTENCIALISMO (OMEP, LBA, UNICEF)	Traz a ideia de que a creche pode prejudicar o desenvolvimento da criança (mal necessário).
ANOS 60		EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA	Sanar questões da deficiência cultural e inexperiência das crianças.
ANOS 70		MOVIMENTOS SOCIAIS CRIAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR (PROJETO CASULO) (MEC)	Luta por rede pública de creches. Solução para os problemas sociais e altas taxas de reprovação no 1º grau.
ANOS 80		CONSTITUIÇÃO FEDERAL	Define a creche como direito da criança e dever do estado
ANOS 90		LDB  ECA	Determina a educação infantil como primeira etapa da educação básica; Define que a educação infantil é direito da criança, opção da família e dever do estado
SÉCULO XXI		ERA TECNOLÓGICA	Novas políticas de atendimento à infância não mais marcadas pelo assistencialismo.

Fonte: Elaboração da autora

A partir da Constituição de 1988, a criança foi reconhecida como sujeito de direitos e a educação infantil foi incluída no sistema educacional.

Observamos assim avanços legais no que tange ao direito à educação de crianças de 0 a 5 anos. No que se refere à articulação, estas concepções de uma educação como direito para todos, discutiremos brevemente no item abaixo, os princípios contidos na ideia da inclusão escolar como eixo de trabalho na Educação Infantil.

## 5.2 A inclusão como direito

Buscamos entender a realidade da Educação Inclusiva, para tanto, torna-se necessário compreender esse conceito. A concepção de ensino inclusivo tem como objetivo a garantia do direito de todos à educação, pressupondo a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas.

Segundo o Verbetes educação inclusiva, por Ebenezer Takuno de Menezes, em *Dicionário Interativo da Educação Brasileira*

*A ideia da educação inclusiva tem base no princípio da inclusão social, tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. O processo de inclusão envolve não só o acesso dos alunos especiais às classes comuns como também o fornecimento de suporte técnico e serviços na área de educação especial através dos seus profissionais. A opção pela educação inclusiva partiu de um consenso geral entre os que trabalham no campo educacional, que resultou em documentos produzidos em grandes congressos internacionais patrocinados pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), e cujo teor tentava estabelecer os fundamentos de uma nova política educacional mundial, menos excludente e mais inclusiva (MENEZES, 2001).*

A sociedade é caracterizada pelas individualidades e para enfrentar os desafios a que se olhar as especificidades e contextos, a fim de atingir o ideal de equidade<sup>2</sup>. Faz-se necessário analisar e compreender, através de um olhar aguçado, como a educação pretende inserir crianças com deficiências.

A educação inclusiva nas últimas décadas, vem sendo regulamentada através de inúmeras leis, sendo necessário conhecer o histórico dos marcos legais da educação inclusiva para compreensão da realidade atual.

---

<sup>2</sup> Equidade vem no sentido de manifestar senso de justiça, imparcialidade, respeito à igualdade de direitos. Consiste na adaptação da regra à situação concreta. É uma forma de se aplicar o direito, mas sendo o mais próximo possível do justo para as duas partes.

Visando demonstrar como historicamente houve no Brasil o desenvolvimento da Educação Especial, a partir do século XIX, através de iniciativas particulares e isoladas, visando atender a pessoas com deficiências o quadro abaixo lista tratados, leis e convenções adotados no Brasil para fundamentar a construção de políticas públicas de educação inclusiva.

Quadro 4– Legislação Federal sobre a Educação Especial:  
do Império à Constituição de 1998

LEI	ATO
Decreto nº 1.428 de 12/09/1854	Cria o Instituto dos Meninos Cegos
Lei nº 839 de 26/09/1957	Cria o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos
Lei 4.024 de 20/12/1961 LDB	Enquadra a educação de “excepcionais” no sistema geral de educação, visando à integração desses alunos na comunidade e prevê apoio financeiro às entidades privadas dedicadas a essa especialidade.
Lei 5.692 de 11/08/1971	Altera a LDB/1961 - Cria diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, prevê em seu artigo 9º tratamento especial para os excepcionais
Constituição Federal de 1988	Garante a educação como direito de todos, instituindo, no Inciso III, do Art. 208, do Capítulo III, que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino.

No Brasil, as mudanças principais nas últimas décadas decorrem da publicação da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. A partir disto, em 2008, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lançou a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva, tendo como objetivo estabelecer diretrizes para políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão. Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) definiu as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A meta 4, sobre educação especial, causou polêmica onde a redação final aprovada estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Constituição federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para todas as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”. Em 2015, a lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão, apresentou uma mudança de perspectiva sobre a palavra “deficiência”. A visão que se tinha era da deficiência como uma condição das pessoas, passou a ser entendida como uma situação dos espaços (físicos ou sociais), que não estão prontos para recebê-las.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados por um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Art. 27). O capítulo da Lei Brasileira de Inclusão sobre Educação ressalta o que deve ser feito para atingir esse objetivo. A adoção de medidas individuais e coletivas que proporcionem o desenvolvimento acadêmico e a socialização dos alunos com deficiência. Isso facilita a integração e, conseqüentemente, o aprendizado (Art. 28-V);

*Os alunos com necessidades especiais não podem mais permanecer isolados no trabalho de sala de aula, tampouco serem exigidos por meio de desempenhos que enfatizem competências ou habilidades mentais centradas na acumulação de conteúdo. Esses alunos serão tanto mais humanizados e independentes, quanto mais compartilharem de atividades em equipe, nas quais possam manifestar sua aprendizagem, seus talentos e, por consequência, suas diferenças. A manifestação ou garantia da heterogeneidade lhes confere o direito de pertencer, de participar, de constituírem-se como humanos e de não serem rejeitados, pois a padronização das respostas humanas não pode mais ser exigida (ROSS, 2004, p. 223-224).*

Também devem ser oferecidas tecnologias assistivas que ampliem as habilidades dos estudantes nas escolas (Art. 18-XII) ou auxiliem nos processos seletivos e permanência nos cursos da rede pública e privada (Art. 30-IV). Uma escola para efetiva inclusão reafirma cotidianamente o compromisso de buscar transformações importantes nas concepções do sistema educacional, pois os processos inclusivos impõem que a escola esteja sempre disposta a buscar transformações, criando situações educacionais para todos os alunos.

*Temos a Constituição de 1988 e leis educacionais que apoiam a necessidade de reconstruir a escola brasileira sob novos enfoques educacionais e que nos conclamam a uma "virada para melhor de nosso ensino. Há apoio legal suficiente para mudar, mas só temos tido, até agora muitos entraves nesse sentido (MANTOAN, 2006, p 24).*

Segundo Mantoan, a constituição atual e outras leis educacionais apoiam a necessidade de reconstrução da escola brasileira com enfoques educacionais e que os conclamam a uma grande mudança para melhoria de nosso ensino embasados por inúmeras leis federais que respaldam uma educação cada vez mais inclusiva. Nesse panorama, a concepção de educação inclusiva vem se fortalecendo no sentido da constituição de uma sociedade cada vez mais democrática e justa.

#### Quadro 5 – Legislação Federal sobre a Educação Inclusiva Após a Constituição de 1988

LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995	Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 10.754, de 31.10.2003)
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
LEI Nº 9.455, DE 07 DE ABRIL DE 1997.	Define os crimes de tortura e dá outras providências.
LEI Nº 9.602, DE 21 DE JANEIRO DE 1998.	Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências.
LEI Nº 9.777, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998.	Altera os artigos. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

<p>DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.</p>	<p>Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.</p>
<p>LEI Nº10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000</p>	<p>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p>
<p>LEI Nº 10.216, DE 06 DE ABRIL DE 2001.</p>	<p>Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.</p>
<p>LEI Nº 10.182 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001.</p>	<p>Restaura a vigência da Lei n o 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica.</p>
<p>LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.</p>	<p>Dispõe sobre a Língua de Sinais – Libras e dá outras providências.</p>
<p>LEI Nº 10.845, DE 05 DE MARÇO DE 2004.</p>	<p>Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005</p>	<p>Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.</p>
<p>DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007.</p>	<p>Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 dezembro de 1993, e a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048 de 6 de maio de 1999, e dá outras providências</p>
<p>LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.</p>	<p>Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de</p>

	dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
LEI Nº 12.008, DE 29 DE JULHO DE 2009.	Altera os artigos. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art.69-A à Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos Judiciais e administrativos às pessoas que especifica.
RESOLUÇÃO Nº4, DE 02 DE OUTUBRO DE 2009	Instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência-Plano Viver sem Limite.
LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
LEI Nº 12.796, DE 04 DE ABRIL DE 2013.	Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 08 DE MAIO DE 2013	Regulamenta o § 1o do art. 201 da Constituição Federal, no tocante a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
DECRETO Nº 8.145, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.	Altera o Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 06 de maio de 1999, para dispor sobre aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência



Lei n. 13.146  
DE 06 DE JULHO DE 2015

Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tendo como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, e destina-se a assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência.

Fonte: SOUZA, Sidirlaia R. 2018, p.28-31

Na educação, a tendência é enxergar cada vez mais a educação como “inclusiva” e cada vez menos como “especial”. Isso significa que as metodologias, espaços e materiais devem ser capazes de atender a todos, com cuidado e dedicação. Uma organização do trabalho pedagógico que atenda todas as pessoas significa que estamos falando de pessoas com deficiência, pessoas oriundas das camadas populares, negros, indígenas, etc. Dito de outra forma, trata-se de um Projeto de Educação que abraça todos os sujeitos e torna legítima as suas presenças no espaço escolar, enquanto sujeitos de direitos à educação de qualidade.

Ao analisar historicamente a trajetória da educação infantil e da educação inclusiva, vários pontos comuns na trajetória quanto aos anseios e necessidades são facilmente percebidos. Em ambas situações foram pensadas soluções por políticas públicas diversas e ainda hoje enfrentam desafios para sua consolidação. Os caminhos são paralelos e muitas vezes se cruzam, na busca de instituir no Brasil tanto a Educação infantil quanto a educação inclusiva. Percebe-se, no contexto geral, que a visão assistencialista persiste. As crianças pequenas, tanto quanto as crianças com deficiências, durante muito tempo não foram encaradas como sujeitos de direito. Crianças pequenas e crianças com deficiência tiveram ao longo da história negados os seus direitos ao acesso, permanência, pleno desenvolvimento e aprendizagem. A educação Infantil e a educação Especial iniciaram com crianças com deficiências as ações pedagógicas para em seguida estenderem às crianças denominadas de “normais” este atendimento. O trabalho educativo em ambas as situações começou com crianças excluídas socialmente.

### 5.3 A promoção da educação inclusiva

No município de Belo Horizonte cabe à Diretoria da Educação Inclusiva e Diversidade Étnico-Racial (DEID) promover e coordenar políticas educacionais inclusivas para pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro do Autismo, Altas Habilidades/Superdotação e transtornos de desenvolvimento, assim como promover a implementação das leis nº10.639/03 e nº11.645/08, para garantia de equidade étnico-racial nas escolas municipais, escolas Municipais de Educação Infantil e instituições parceiras, bem como a equidade entre meninos e meninas na escola.

As ações e serviços promovidos pela diretoria: o Transporte Escolar Acessível, que garante o acesso e a frequência escolar adequada de estudantes com deficiência física e mobilidade reduzida; o acesso ao currículo e à participação na escola por meio da promoção de acessibilidade pedagógica, comunicacional, atitudinal e de orientação individualizada aos professores regentes; o acesso personalizado à tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis; o apoio à Inclusão Escolar por meio do auxílio individualizado aos estudantes realização de Atividades de Vida Diária (AVD); a promoção do acesso à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS- e a sua disseminação entre estudantes surdos e ouvintes e o atendimento intersetorial aos jovens e adultos com deficiência.

A comissão constituída pelo Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte para construir o Parecer 060/04 fez a opção política e ideológica de adotar o conceito de “Educação Inclusiva” para as Diretrizes em lugar de “Educação Especial”. Desde então vem propondo uma escola para formar todos/as os/as alunos/as, incluindo aqueles/as pertencentes a minorias linguísticas, raciais e étnicas, aqueles/as que fazem opção sexual diferente das escolhas-padrão, aqueles/as com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, aqueles/as que se ausentam constantemente das aulas pelos mais diversos motivos.

A política educacional em vigor na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte enfatiza a necessidade de uma Educação inclusiva, onde a escola atenda a todos os alunos em suas especificidades e diferenças. Acolher a todos, proporcionando aos estudantes, professores, familiares e toda a comunidade a vivência de uma escola realmente inclusiva.

## 6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Ao desenvolver este plano de ação fez-se necessário perceber como a Educação Inclusiva acontece EMEI Urca Confisco e a visão dos profissionais. Na busca de informações pertinentes sobre o tema abordado foi enviado questionário aos professores, auxiliares de Apoio ao Educando e coordenação pedagógica que trabalham no turno da tarde para que tivéssemos informações que embasassem este plano de ação.

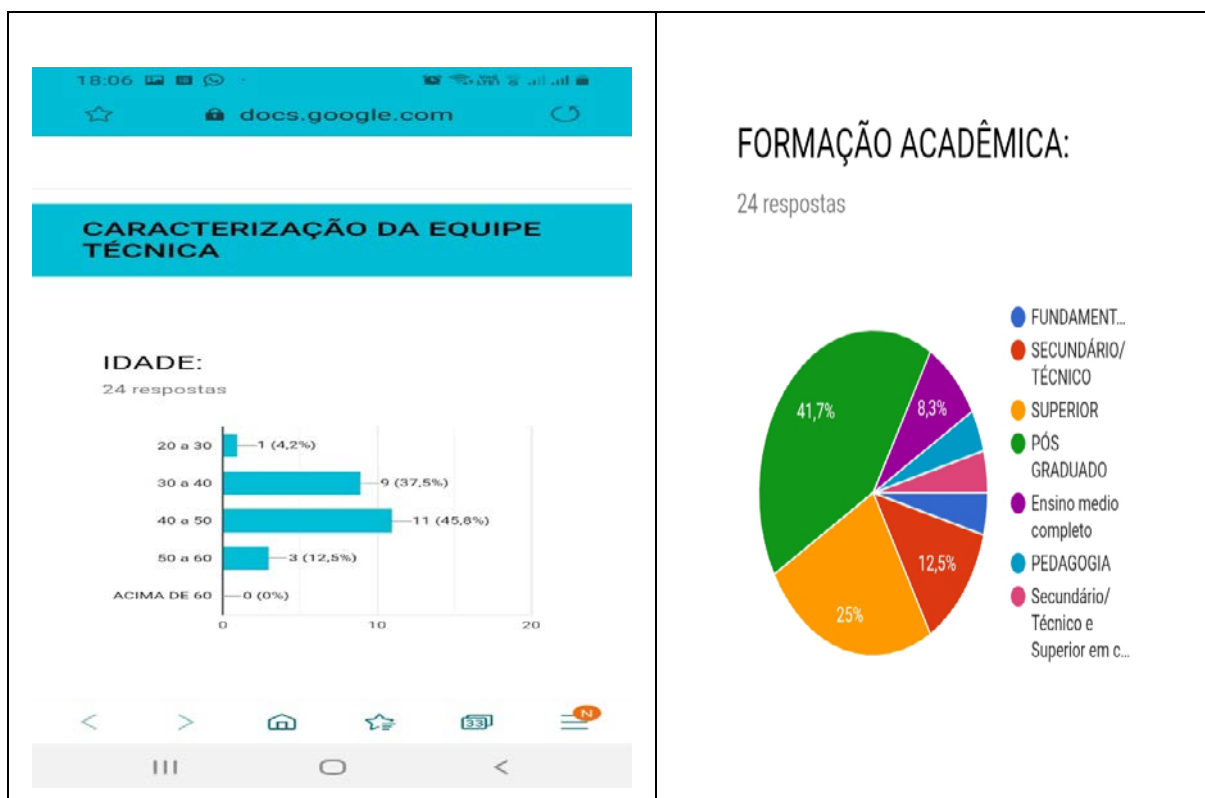
A análise baseia-se nas respostas deste questionário apresentado para 35 profissionais da EMEI URCA CONFISCO dos quais apenas um do sexo masculino, através de link, dos quais 24 foram respondidos anonimamente pela Equipe técnica do turno da tarde.

The screenshot displays a mobile application interface for a questionnaire. At the top, the status bar shows the time 18:03 and various icons. Below the status bar, a blue header contains the title 'CARACTERIZAÇÃO DE UMA ESC' and navigation icons. A secondary header shows 'PERGUNTAS' and 'RESPOSTAS 24'. The main content area is titled 'Seção 1 de 7' and 'CARACTERIZAÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA'. The text describes the questionnaire's objective: to systematize the school inclusion process at EMEI URCA CONFISCO based on the perceptions of the technical team (Direction/Coordination/Teachers/Support staff) who work in the school. It asks respondents to provide their email address. A form field for 'Endereço de e-mail' is visible, with a placeholder 'Endereço de e-mail válido' and a note: 'Este formulário coleta endereços de e-mail. Alterar configurações'. The bottom of the screen shows a navigation bar with icons for home, back, and other functions.

Na primeira etapa, o questionário visava identificar a faixa etária, função exercida, formação acadêmica e Formação em Educação Especial, caracterizando a equipe técnica que trabalha no turno da tarde.

De acordo com as respostas a maioria está incluída na faixa etária acima de 30 anos, concentrando maior percentual na faixa etária entre 40 e 50 anos, seguida da faixa etária ente 30 e 40 anos, 50 a 60 anos e a minoria na faixa etária entre 20 e 30 anos.

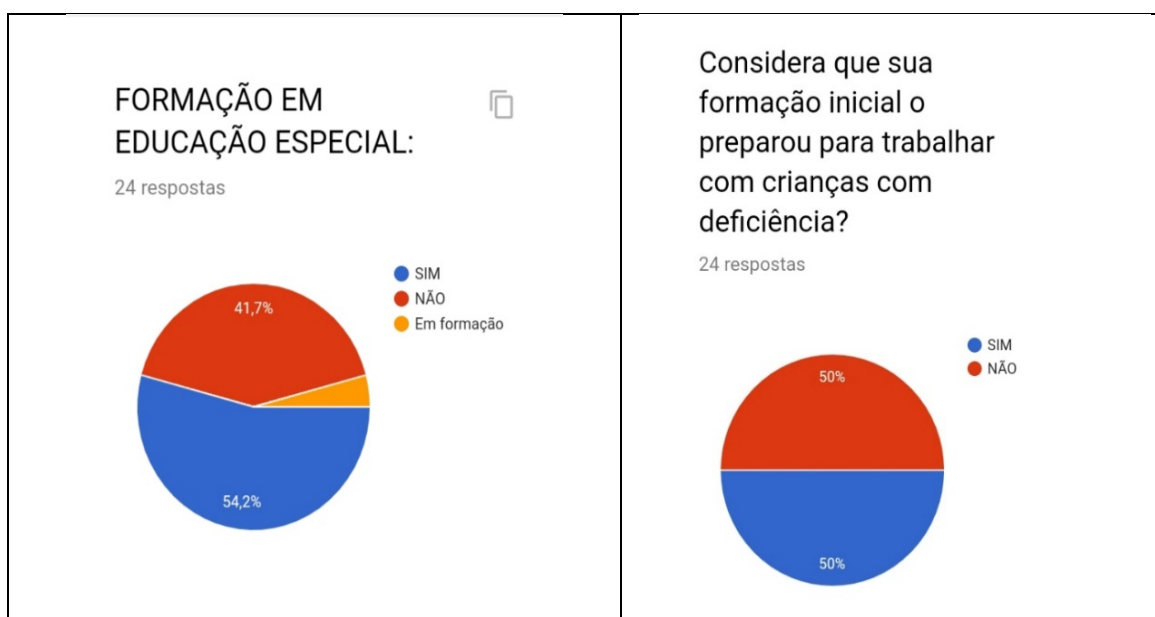
Gráfico 1 - Caracterização da Equipe



Fonte: Elaboração da autora

Um percentual de 41,7% dos professores possui Pós-graduação com formação em educação especial.

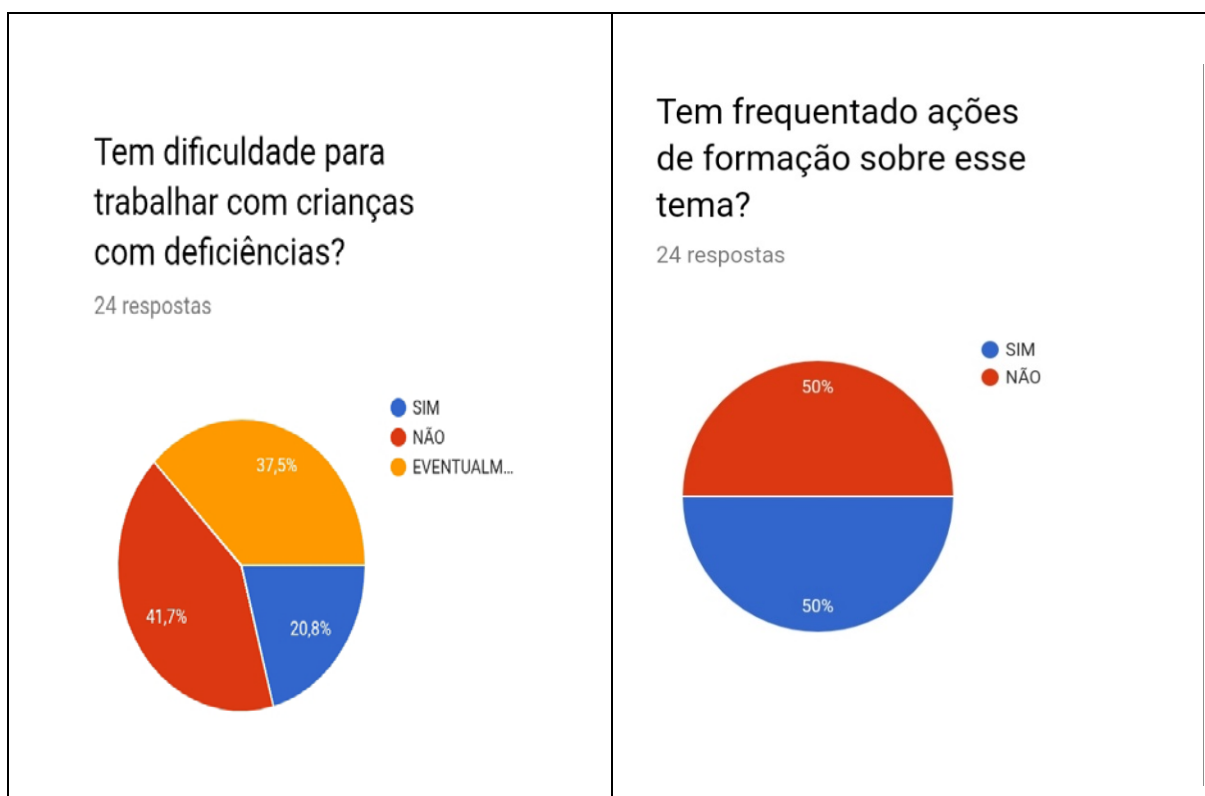
Gráfico 2 - Formação Profissional



Fonte: Elaboração da autora

Os resultados indicam que, quanto ao preparo para trabalhar com crianças com deficiências se dividem proporcionalmente entre o sim e o não, refletindo um resultado equivalente à participação em formações sobre o tema, somente 50% participaram das mesmas.

Gráfico 3 - Relação Entre Ação e Formação



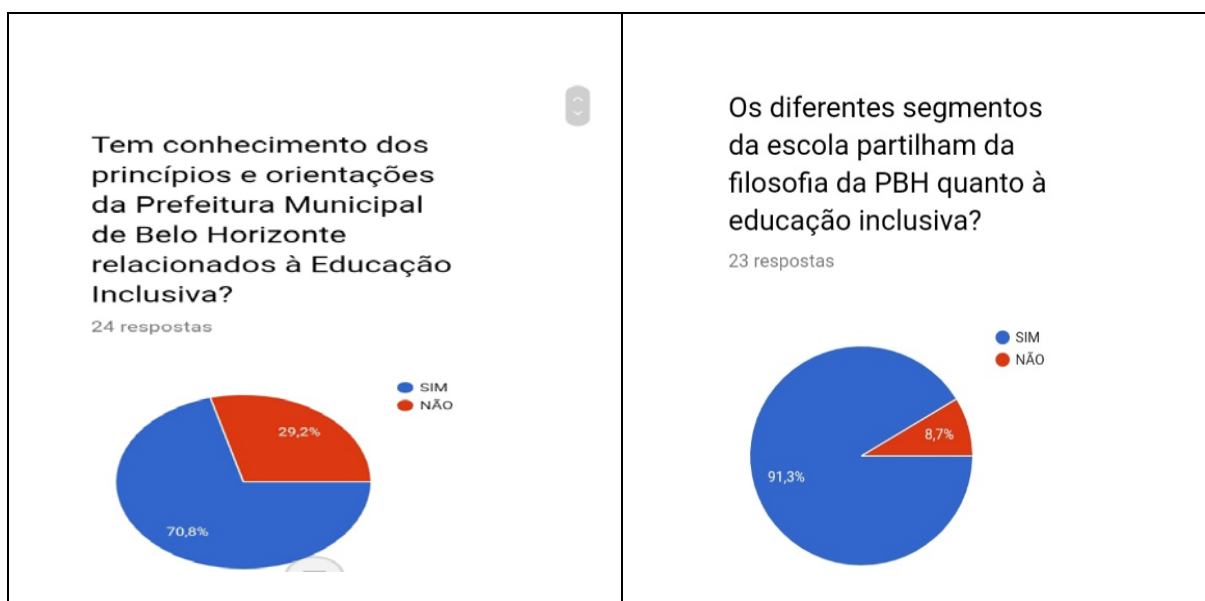
Fonte: Elaboração da autora

As crianças com deficiências, incluídas na escola comum, desde a educação infantil, têm se intensificado nos últimos anos, levando-nos à hipótese de que esse aumento das crianças com deficiências não tem trazido proporcionalmente um aumento na qualificação desses profissionais.

Algumas vezes falta de experiências anteriores leva a sensação de insegurança por parte dos envolvidos no processo educacional. Há uma diversidade de fatores que possibilitam a superação dessa insegurança, sendo relevante para tal a existência de ações, princípios e orientações que norteiam a educação inclusiva no município de Belo Horizonte. Dentre os fatores mostra-se preponderante para superação da insegurança a busca de ações e mudanças conceituais que só a convivência e o conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória podem oferecer.

Ainda assim, afirmam encontrar dificuldades para trabalhar com crianças com deficiências sendo que, 41,7% não declaram encontrar dificuldades adicionais no trabalho. Mostra-se preponderante que o professor tenha acesso as informações e princípios que norteiam a prática buscando consolidar a filosofia da inclusão.

Gráfico 4 - Conhecimento dos princípios e Orientações

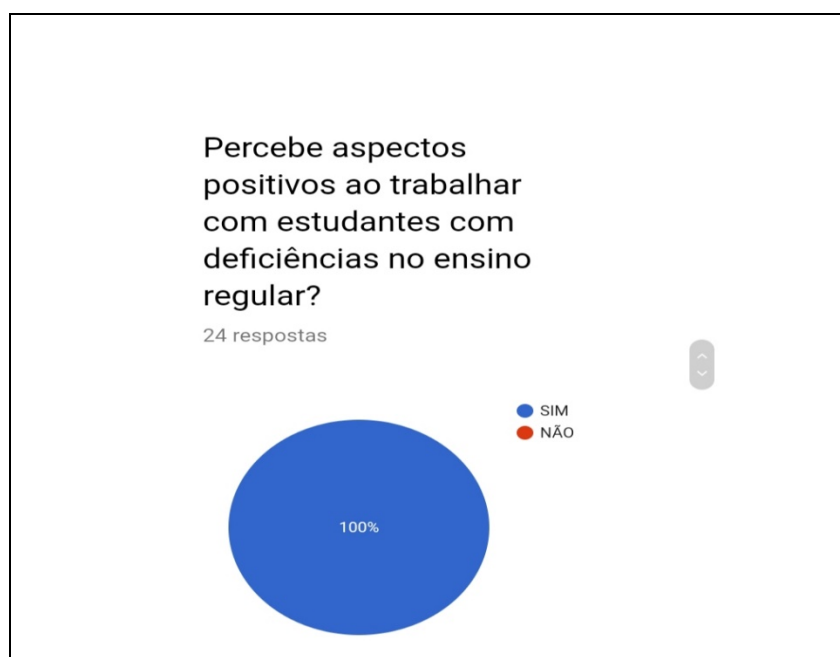


Fonte: Elaboração da autora

Sobre os princípios e orientações da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quanto ao tema, 70% declara ter conhecimento, tendo adquirido através de formações oferecidas pela própria prefeitura, orientação da coordenação pedagógica ou ainda, através de interações com colegas. Diferentes segmentos da Equipe partilham da filosofia da PBH quanto a Educação Inclusiva.

Há a visão de um novo paradigma educacional partindo do princípio de que o ensino se constrói na pluralidade. Assim, a educação infantil mostra-se um espaço privilegiado para a construção de um modelo inclusivo. A maioria absoluta dos respondentes percebe aspectos positivos ao trabalhar com crianças com deficiências no ensino regular.

Gráfico 5 - Aspectos positivos da inclusão



Fonte: Elaboração da autora

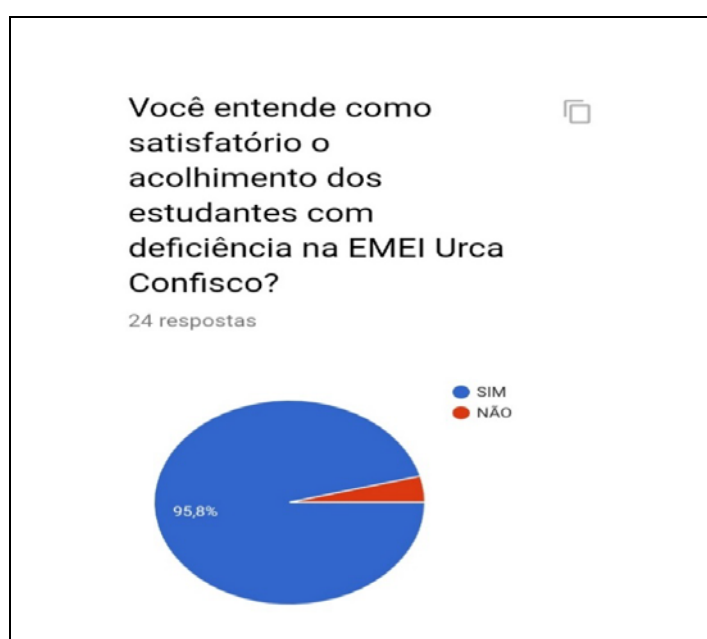
Elencando, com suas próprias palavras, como positivos: maior empatia; troca de aprendizado. Acessibilidade, formação dos professores; aprender com as crianças, a socialização e a bagagem que trazem do seu contexto, alguns aspectos pedagógicos. A inserção das crianças com deficiência; A interação entre os agentes envolvidos nesse processo; A percepção das necessidades do outro e a empatia que se desenvolve nas pessoas. A interação, o convívio fraternal, o respeito à limitação do outro. A superação. Possibilidades de trabalhar a diversidade. Interação com os colegas. Conhecimento, despertar um novo olhar para as deficiências. Desenvolvimento psicomotor respeitando os limites de cada um, autoestima, socialização. Incentivar o aluno a ter autonomia, participar de todas as atividades propostas no seu tempo. Percepção do desenvolvimento das crianças deste físico ao intelectual, indo além, até mesmo de prognóstico clínico. Inclusão. A interação deles com os demais alunos. A interação, aceitação, igualdade, diversidade. Desenvolvimento global proporcionando autonomia ao aluno com deficiência.

Um grande percentual (87,55%) aponta que o trabalho com crianças com deficiências incluídas no ensino regular acarreta esforços adicionais ao professor. Os docentes relatam que: para desenvolver o trabalho com crianças o professor deve estar aberto a especializações de acordo com as necessidades do educando. Desenvolver atividades específicas, buscar incluir de forma efetiva o aluno. Buscarem

mais conhecimentos, métodos e um trabalho alternativo que proporcione um aprendizado de qualidade para eles afim de oportunizar a sua participação de todos com segurança e confiança. Trabalhos adicionais, pesquisas, atividades específicas. Aprofundar os conhecimentos sobre a deficiência em questão para melhor conduzir a inclusão. Equilíbrio, criatividade, recomeço. O docente necessita se preparar mais. Pesquisa, dedicação, doação, esforço físico. Planejamento diferenciado, dominar alguns conhecimentos de outras áreas. Crescimento profissional. Planejar atividades e brincadeiras que possibilite a participação da criança com deficiência. Em diversas situações os docentes têm que formular a mesma atividade para o estudante adaptando para atender de forma individual dentro das possibilidades de cada criança com deficiência. Formação específica e produção de recursos didáticos. Planejamento diferenciado. Mais formação e cuidado no trato das especificidades.

A análise dos esforços adicionais elencados demonstra, que a presença de crianças com deficiências incluídas no ensino regular leva o professor a rever cotidianamente sua prática buscando subsídios para o desenvolvimento de ações efetivamente inclusivas. O fazer do professor muitas vezes está ligado aos alunos estabelecidos socialmente como normais. Assim, o planejamento do professor se faz para este alunado. Ao receber um aluno com deficiências o professor passa a repensar seu planejamento flexibilizando a fim de oportunizar modificações efetivas considerando formas diferentes de aprendizagem.

Gráfico 6 – Acolhimento na EMEI



Fonte: Elaboração da autora

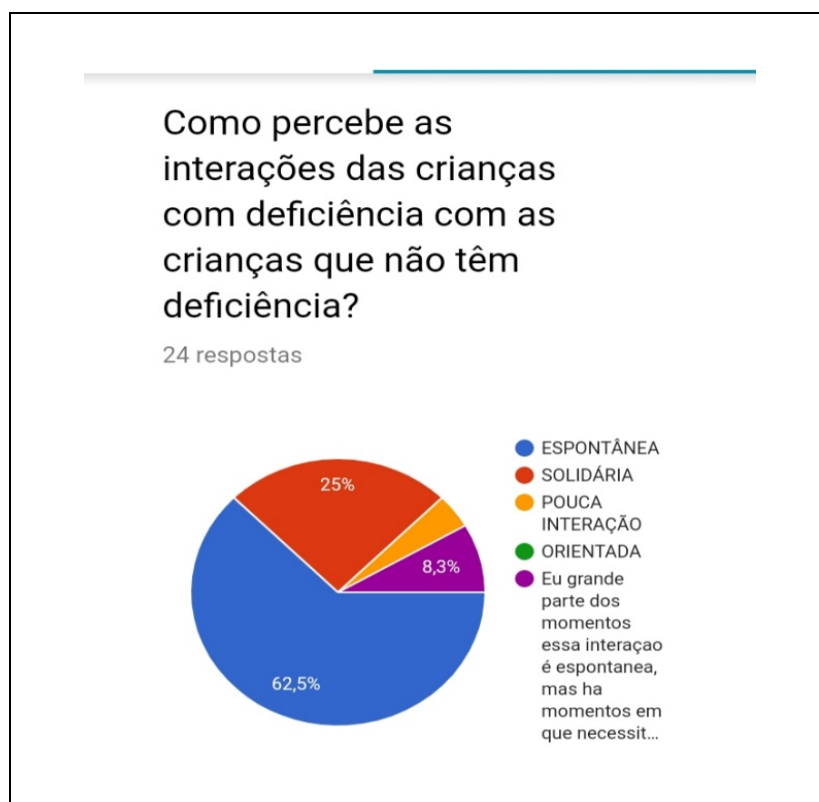


A concepção da educação inclusiva define como preponderante a abertura da escola para a diversidade, sendo seu papel social acolher, respeitar e valorizar a diversidade. Assim, o acolhimento às diferenças mostra-se com fator essencial para o desenvolvimento pleno de seu potencial. Quanto ao acolhimento às crianças a grande maioria (95,8%) dos respondentes, percebe que as crianças com deficiências são bem acolhidas no ambiente escolar.

O acesso e permanência da Criança com deficiência na educação infantil implica em repensar espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos. O acolhimento às diferenças, bem como entender as especificidades são um grande desafio da prática pedagógica, percebendo que estes alunos são capazes de aprender ao evitar práticas excludentes.

No aspecto relativo à interação Criança/Criança os respondentes apontam que as interações são espontâneas, solidárias, orientadas e uma minoria ressalta que há pouca interação. Vejamos o gráfico que trata desse assunto.

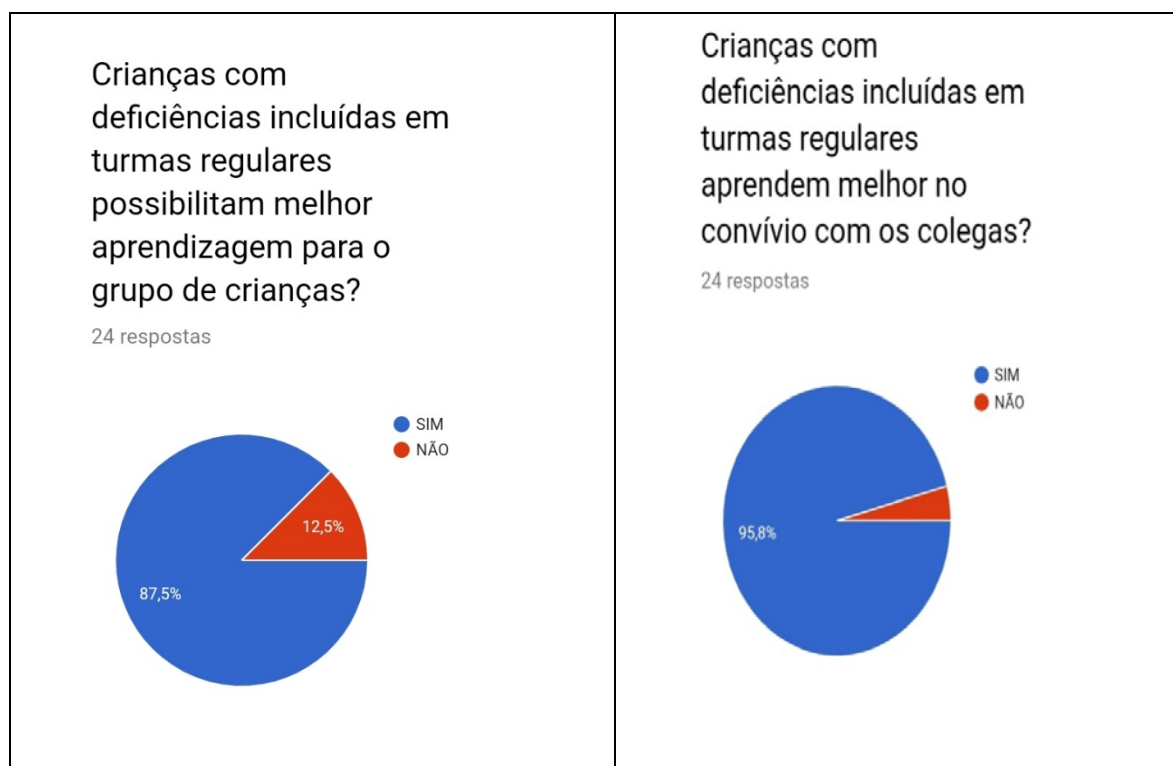
Gráfico 7 - Aspectos das Interações



Fonte: Elaboração da autora

As interações trazem para os indivíduos a possibilidade de desenvolvimento das habilidades para o convívio social, alavancando a capacidade de se relacionar com diferentes. O contato com um meio diverso amplia a possibilidade de apropriar-se com naturalidade das regras sociais, da não discriminação. O simples convívio entre as crianças é um fator relevante para a formação de atitudes de aceitação por parte delas com relação às crianças com deficiências.

Gráfico 8 - Aprendizagem a partir das interações

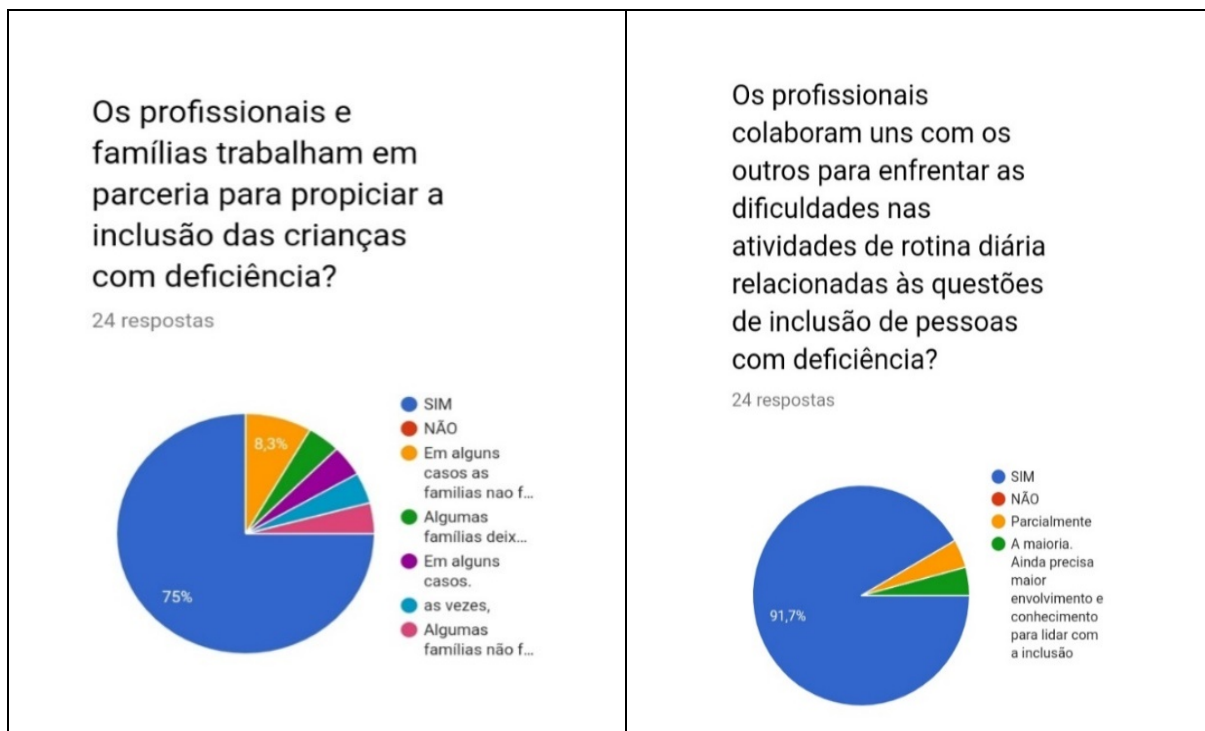


Fonte: Elaboração da autora

A pesquisa revela, a partir da constatação dos respondentes, que na prática diária a criança com Deficiência aprende melhor nas interações com crianças que não tem deficiências (95,8%) e que neste convívio o grupo também aprende melhor (87,5%).

A inclusão escolar, tendo seu início na educação infantil, oportuniza as bases necessárias para o desenvolvimento global e a construção do conhecimento. O trabalho pedagógico pautando as ações tendo as interações como eixo estruturador desenvolve situações de aprendizagem de forma cotidiana.

Gráfico 9 - Ações colaborativas

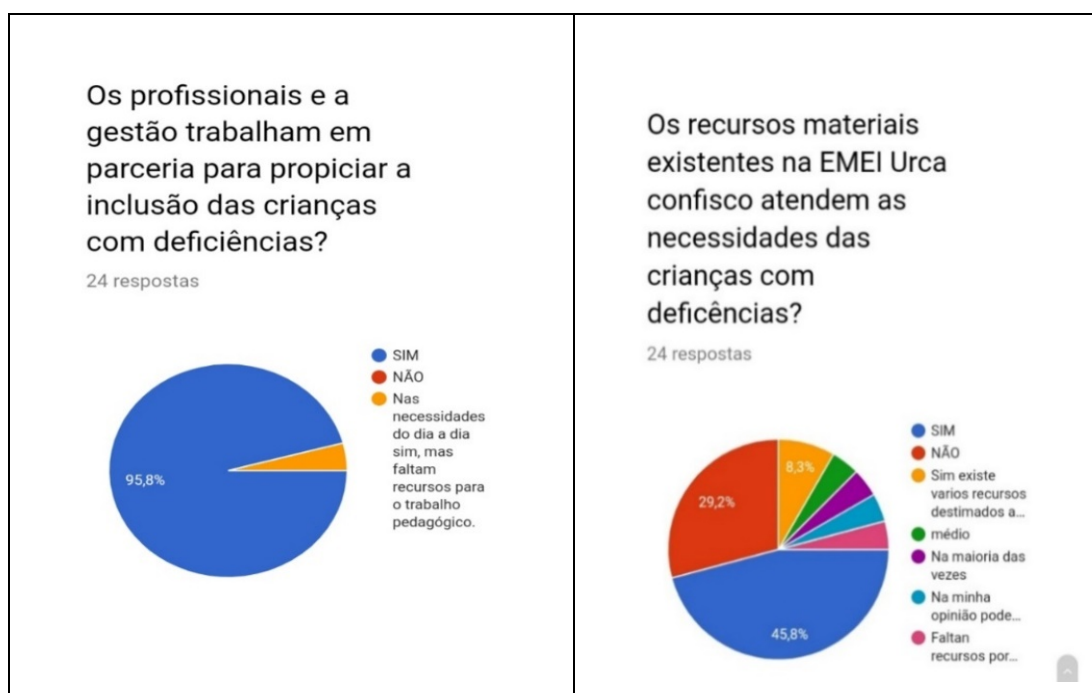


Fonte: Elaboração da autora

Os profissionais em torno de 75%, percebem uma parceria das famílias com a escola, ressaltando que algumas famílias não fazem o acompanhamento médico necessário para auxiliar no melhor desenvolvimento da criança. Assim, a convivência entre as crianças e com adultos e desses adultos entre si, avaliando e repensando ações para constituir um grupo ampliando as possibilidades de aprendizagens

Os profissionais 91,7% colaboram uns com os outros. As ações colaborativas mostram-se essenciais para a efetivação e materialização de suas concepções, tal como explicitado nas Proposições Curriculares para a Educação Infantil.

Gráfico 10 - Gestão e Recursos



Fonte: Elaboração da autora

Cabe ao coletivo organizar as condições físicas, materiais e estruturais em situações planejadas para efetivar a inclusão. Assim mostra-se essencial o papel da gestão com ações baseadas nos documentos oficiais, de forma criteriosa e cuidadosa organizando ações sempre a serviço das crianças e suas necessidades.

A parceria da gestão é reconhecida por 95,8% dos profissionais, apesar de verificarem que a falta de recursos financeiros dificulta a aquisição de móveis e materiais adaptados.

A reorganização da escola definindo estratégias que atendam a diversidade, promovendo reflexões, avaliações constantes sobre o papel da educação infantil no desenvolvimento global e integral da criança se abrindo para o conhecer através do contato direto, do estabelecimento de parcerias entre os membros da comunidade escolar leva às mudanças conceituais. Assim, através das parcerias entre os profissionais, gestão e famílias as dificuldades materiais, algumas vezes, por falta de recurso financeiros, vem sendo contornadas buscando oferecer aos alunos com deficiências condições de desenvolvimento de forma equitativa.

## 6.1 Cenas Vivenciadas

As cenas apresentadas são fruto das observações do cotidiano escolar e tem como objetivo potencializar as reflexões que a EMEI Urca Confisco vem produzindo pragmaticamente, as concepções reveladas através das práticas pedagógicas.

**Cena1:** O Projeto Político Pedagógico (PPP) da EMEI Urca Confisco ratifica a visão dos seus profissionais quanto a Educação inclusiva.

Em conversas informais sobre o tema e a análise do documento junto à gestão e coordenação pedagógica percebe-se que se faz necessário um olhar aguçado quanto às práticas adotadas e uma nova redação sobre a prática inclusiva na escola. Apesar do documento conter um capítulo sobre Educação Inclusiva, o assunto nele é tratado de forma genérica. Salienta-se que o documento tem por base os princípios adotados pela Prefeitura de Belo Horizonte, sem, no entanto, atentar e registrar as especificidades quanto às práticas que são adotadas e que norteiam a inclusão nesta instituição. A gestão escolar, em reunião realizada para apresentação das alterações necessárias no PPP, em virtude da emancipação da escola núcleo, quando deixa de ser uma unidade anexa e passa a ser uma escola municipal de educação infantil, comunicou para a comunidade escolar a constatação da necessidade dessas alterações no PPP, informando que no próximo ano será priorizado este trabalho, sendo feito um convite à participação de todos na reformulação deste documento.

Imagem 1. Assembleia escolar



*Fonte: Acervo da escola (2019)*

## **Cena 2:** Acolhimento na EMEI.

Na EMEI Urca Confisco o acolhimento das crianças é pensado para facilitar a adaptação da criança à rotina escolar. No início do ano, toda a escola se prontifica a atender as necessidades da criança, dar suporte à família e ao professor por entender que o processo de adaptação das crianças é gradual por isso busca minimizar o sofrimento que as mudanças causam aos indivíduos e favorecer sua adaptação à rotina escolar. Porém, ao longo do ano, casos pontuais de novas matrículas ou remanejamento de turno acontecem, sendo necessário buscar meios para tornar esse momento acolhedor, dentro da conturbada rotina da instituição, da turma e do professor.

Com a chegada da nova aluna T à turma, que retornava à escola após um longo período de recuperação de uma cirurgia corretiva nos membros inferiores. A família buscou a escola demonstrando o desejo que a mesma fosse transferida para o turno da tarde o que viria a facilitar seu tratamento pela manhã. A diretora e a coordenação pedagógica estabeleceram diálogo com a professora colocando a par da possibilidade de transferência desta criança para sua turma. Ouviram as ponderações da professora R quanto à necessidade de Auxiliar de Apoio ao Educando (AAE), profissional que auxilia o professor nas atividades de vida diária da criança com deficiência. O que no momento era possível, em virtude de um processo remanejamento do quadro de auxiliares pela prefeitura. A Gestão se mobilizou buscou

resolver o impasse, conseguindo efetivar essa transferência entre turnos. A família esteve na escola, reuniu-se com a professora esclarecendo sobre as especificidades do tratamento. A professora empenhou-se em conhecer as possibilidades da criança, orientando os auxiliares que passaram inicialmente na sala, buscando solução para as dificuldades enfrentadas. Preparando as crianças para receber uma nova colega, atuando como facilitadora nas interações entre as crianças. Hoje a aluna T participa com alegria e desenvoltura das atividades cotidianas da turma, tendo garantido seu direito através da presença de um professor extra, que atua como auxiliar, para atender as necessidades da turma para que aconteça a efetiva inclusão.

Imagem 2 - Participação nos Projetos



Fonte: Acervo da escola (2019)

Imagem 3 - Atividades De Vida Diária



Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 4 - Interação



Fonte: Acervo da escola (2019)

Imagem 5 - Roda de Histórias



*Fonte: Acervo Pessoal*

### **Cena 3: O Potencial das brincadeiras**

As brincadeiras na educação infantil são momentos privilegiados para desenvolvimento de múltiplas habilidades na Educação Infantil. Assim todas as crianças são incentivadas a participar destes momentos. O estudante P, diagnosticado dentro do Espectro Autista, tem dificuldades em manter-se junto ao grupo de colegas, necessitando de incentivo constante para concentrar-se e desenvolver as habilidades motoras necessárias para algumas brincadeiras.



Nesta cena, o apoio da professora e da auxiliar de apoio a inclusão são preponderantes para superação das dificuldades. Durante brincadeira de pé de lata, o aluno P foi incentivado a participar e experimentar o brinquedo. Foi necessário muito empenho por parte da Equipe para motivá-lo a continuar tentando. Quando enfim, P alcançou o objetivo de caminhar utilizando o Pé de Lata, todo o grupo vibrou com sua conquista.

Imagem 6 - Incentivo



Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 7 - Apoio



Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 8 - Objetivo Alcançado



Fonte: Acervo Pessoal

#### **Cena 4:** Eventos escolares: participação como princípio da inclusão

Os eventos escolares envolvem preparação, ensaios e são momentos privilegiados da Educação Infantil há grande empenho para incentivar e garantir a participação de todas as crianças respeitando suas limitações. Assim, em nossa Festa Junina e em outros eventos escolares tivemos a participação de várias crianças com deficiência nas apresentações das turmas, garantindo inclusão de todos nesses momentos de socialização e interação entre as crianças.

Imagem 9 – Participação na Festa Junina



Fonte: Acervo da escola (2019)

Imagem 10 - Cooperação



Fonte: Acervo da escola (2019)

Imagem 11 – Socialização



Fonte: Acervo da escola (2019)

Imagem 12 - Diversão



Fonte: Acervo da escola (2019)

Imagem 13 – Envolvimento



Fonte: Acervo da Escola (2019)

Imagem 14 - Autoestima



Fonte: Acervo da escola (2019)

**Cena 5:** Adaptações e demandas para um olhar específico

A professora A empenhada em ampliar os movimentos motores de seu aluno com restrições motoras nos membros superiores (mãos) busca materiais alternativos para confecção de bolas com texturas diferenciadas para alcançar este objetivo. A criança com dois anos ao chegar à EMEI tinha movimentos das mãos muito restritos e vem ampliando significativamente tais movimentos através deste trabalho orientado pela professora com o apoio de suas auxiliares.

Imagem 15 –Planejamento



Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 16– Envolvimento



Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 17 – Atenção

Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 18 - Afetividade

Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 19 – Empatia

*Fonte: Acervo Pessoal*

Imagem 19 - Comprometimento

Fonte: Acervo Pessoal

Em conversas informais e encontros com a coordenação ao longo do desenvolvimento deste plano de ação, o tema educação inclusiva foi frequentemente abordado, levando o grupo a refletir sobre a educação Inclusiva na perspectiva dos professores, cuja maioria acredita, na educação inclusiva como uma oportunidade de ensino de qualidade para todos e que para isso a escola necessita adequar-se ao aluno, garantindo que a aprendizagem se efetive. Estabelecendo vínculos, incentivando o desenvolvimento da autonomia, as interações, a participação na rotina escolar e desenvolvimento pleno a partir das múltiplas linguagens.

A Equipe da EMEI Urca Confisco apontou que os maiores desafios enfrentados para trabalhar com a educação inclusiva na educação infantil vêm da necessidade de que estes profissionais estejam mais atualizados, que disponham de mais recursos educacionais para desenvolver projetos adaptados às necessidades dos alunos e, antes de mais nada, que estes professores se adaptem a este novo processo evitando a visão de ensino segregado. O número de alunos atendidos por turma também acarreta uma dificuldade adicional aos docentes. A estrutura física é privilegiada e atende as necessidades pedagógicas para incluir as demandas apresentadas na instituição até o momento, garantindo o acesso contínuo ao espaço da escola por todos.

*Imagem 20 Escola Inclusiva*



Fonte: Acervo da escola (2019)



## 7 CONSIDERAÇÕES

Ao confrontar a realidade vivenciada na EMEI Urca frente com as respostas dadas ao questionário apresentado à equipe participante percebemos um grande empenho por parte da equipe em articular ações para garantir a efetiva inclusão neste espaço. Ao observar as ações, percebemos que não só as crianças com deficiências se beneficiam das estratégias inclusivas, mas toda a comunidade escolar.

Cabe destacar que há uma diversificação de aulas e de práticas pedagógicas que atendem a todos, entendendo que os alunos são diversos e aprendem de diferentes formas. Os professores, ao olharem as especificidades e contextos de maneira diferenciada, buscam a equidade nas relações e oportunidades de aprendizado.

A Educação infantil mostra-se um locus privilegiado para a Educação Inclusiva, quando ouve a família, dialoga sobre as especificidades de cada criança, busca reduzir a concentração nos aspectos negativos da deficiência. Orienta e motiva a família na busca por soluções, ajudando assim a reduzir temores e ansiedades. A equipe técnica, na busca da efetiva inclusão, valoriza as reações afetivas, mostra-se mais atenta ao comportamento global e amplia conhecimentos de professoras, auxiliares.

As crianças público alvo da Educação Especial, ao serem inseridas e no convívio com seus pares, recebem estímulos em momento oportuno estimulando a maturação orgânica e sócio afetiva.

Além disso, a Educação Infantil tem se mostrado um espaço propício para inserir TODOS e TODAS respeitando peculiaridades e especificidades da infância rompendo com estigmas e fortalecendo as instituições na promoção da educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS:

BELO HORIZONTE, **Proposições Curriculares para Educação Infantil: fundamentos/** Melo, Ana Cláudia F.B (org.), Belo Horizonte, SMED,2014.

\_\_\_\_\_. **Política Educacional da Rede Municipal de Belo Horizonte**, Inclusão Escolar das Pessoas com Deficiência: Princípios e orientações, SMED,2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. ed. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015**

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. V. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação Infantil: **Saberes e práticas da inclusão**. [4. ed.] / elaboração Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasil, Secretaria de Educação Especial, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação**

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria para a Integração social da pessoa portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: SICORDE, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**.2008. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 23 jan. 2019

CARNEIRO, R. U. C. Educação Inclusiva na Educação Infantil. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, p. 81-95, jan. /jun. 2012. Disponível em:<<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/735/708>>. Acesso em: 21 jan. 2019

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO, Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. **Educação infantil e educação especial em tempos de educação inclusiva**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 20, n. 38, p. 431- 453, out. 2018.

LUDKE, MENGA, Marli E.D.a. André **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas** - São Paulo: E.P.U, 1986

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela G; ARANTES, Valéria A, (org.) **Inclusão escolar: Pontos e Contrapontos**, São Paulo: Summus,2006.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**, 2002. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/>. Acessado em 16/11/2019

PORTAL *Inclusão Já. Leis e Documentos*. 2018. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/legislacao/>>. Acesso em: 10/11/2019

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

ROSS, P. R. Conhecimento e aprendizado cooperativo na inclusão. **Revista Educar**, n. 23,2004.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação **inclusiva: concepções de professores e diretores**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>. Acesso em: 05 de março 2019.

SOUZA, Sirdirlaia R, **Educação Inclusiva: avanços e desafios da acessibilidade**, Trabalho de Conclusão de Curso, UFMG, 2018.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999

SCHNEIDER, Roseléia. **Inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: um desafio para o educador**

**Verbetes educação inclusiva, por Ebenezer Takuno de Menezes**, em *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 18 de nov. 2019.

**TRABALHO DE ESPECIALIZAÇÃO – UFMG****PESQUISA PARA A FAMÍLIA**

Prezados Pais,

Gentileza responder ao questionário abaixo enviando para a escola até o dia 29/09/2018.

NOME DA CRIANÇA:

---

SALA:

IDADE:

---

TIPO DE MORADIA: (PRÓPRIA/ ALUGADA/ OUTROS)

---

BAIRRO ONDE RESIDE:

---

SE DECLARA: (RELIGIÃO) :

---

SE DECLARA : ( COR) :

---

COMO VEM PARA A ESCOLA?

---

Agradecemos a participação. Professoras Cláudia e Lídia